

**ESCOLA  
SUPERIOR  
DE TECNOLOGIA  
E GESTÃO**

**P.PORTO**

ÉTICA E LEGISLAÇÃO INFORMÁTICA  
FRANCISCO MARQUES VIEIRA *fjv@estg.ipp.pt*

1

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO  
POLITÉCNICO DO PORTO



**A Lei de Execução Portuguesa: Lei 58/2019 de 8 de agosto**

FMV2025

2

## Regime em vigor em Portugal

- RGPD:
  - REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016
- Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto (Lei de Execução = LE)
  - Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD
- Acresce legislação específica em áreas como as Direito Penal, Comunicações Eletrónicas, Direito da Saúde ou Direito do Trabalho

FMV2025

3

Conjuação do Regulamento (UE) 2016/679 com a Lei n.º 58/2019

## COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (CNPd)

FMV2025

4

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO  
POLITÉCNICO DO PORTO

CNPD

## 1. Noção

- o CNPD é a **autoridade de controlo nacional** para efeitos do art. 51.º do RGPD / art. 3.º da LE
- o CNPD é uma **entidade administrativa independente, com personalidade jurídica de direito público e poderes de autoridade**, dotada de autonomia administrativa e financeira – art. 4.º, n.º 1 da LE.
- o CNPD **age com independência** na prossecução das suas atribuições e no exercício dos poderes que lhe são atribuídos pela lei – art. 4.º, n.º 3 da LE e art. 52.º do RGPD

FMV2025

5

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO  
POLITÉCNICO DO PORTO

CNPD

## 2. Composição

- o Os membros da CNPD ficam sujeitos ao **regime de incompatibilidades** estabelecido para os titulares de altos cargos públicos – art. 4.º n.º 4 da LE e art. 52.º n.º 3 RGPD
- o A composição, o modo de designação e o estatuto remuneratório dos membros da CNPD, bem como a respetiva orgânica e quadro de pessoal, são **aprovados por lei da Assembleia da República** – art. 5.º da LE e art. 53.º do RGPD
- o *Lei da organização e funcionamento da CNPD, foi originalmente aprovada pela Lei n.º 43/2004, e posteriormente alterada e republicada pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.*

FMV2025

6

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

POLITÉCNICO DO PORTO

CNPD

## 3. Competências

- o A CNPD controla e fiscaliza o cumprimento do RGPD e da LE, bem como das demais disposições legais e regulamentares em matéria de proteção de dados pessoais, a fim de defender os direitos, liberdades e garantias das pessoas singulares no âmbito dos tratamentos de dados pessoais. (art. 4.º/1 da LE e art. 55.º RGPD)
- o Acresce que para além as competências previstas nos artigos 57.º e 58.º do RGPD, o artigo 6.º da LE, especifica mais algumas!

FMV2025

7

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

POLITÉCNICO DO PORTO

CNPD

## 3. Competências

Artigo 15.º da LE (= artigo 40.º RGPD), que determina que:

- 1 — Compete à CNPD fomentar a elaboração de **códigos de conduta** que regulem atividades determinadas, os quais devem tomar em atenção as necessidades específicas das micro, pequenas e médias empresas.
- 2 — O tratamento de dados pessoais pela administração direta e indireta do Estado é objeto de códigos de conduta próprios

*Código de Conduta para Empresas e Técnicos de Segurança Informática?*

FMV2025

8

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

POLITÉCNICO DO PORTO

CNPD

### 3. Competências

No âmbito das suas competências a CNPD tem emitido um conjunto de deliberações que constituem orientações importantes para o tratamento de dados pessoais.

Assim, em função da área em concreto para a qual se está a desenvolver a aplicação informática de tratamento de dados, será aconselhável estudar as deliberações emitidas por esta entidade e disponíveis em:

<http://www.cnpd.pt/>

FMV2025

9

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

POLITÉCNICO DO PORTO

Conjugação do Regulamento (UE) 2016/679 com a Lei n.º 58/2019

## ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

FMV2025

10

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

POLITÉCNICO DO PORTO

EPD

## 1. Noção

- O Encarregado de Proteção de Dados vem previsto nos artigos 37.º a 39.º do RGPD sem prejuízo das inúmeras competências e referências que lhe são feitas ao longo do diploma.
- E representa uma principais inovações deste Regulamento face à legislação antecedente.
- O Encarregado de Proteção de Dados (EPD – também conhecido pela sigla inglesa DPO – Data Protection Officer) é resumidamente um “órgão de fiscalização interna” do cumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

FMV2025

11

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

POLITÉCNICO DO PORTO

EPD

## 2. Obrigatoriedade

O responsável pelo tratamento dos dados está obrigado a nomear um EPD quando (art. 37.º RGPD) :

1. O tratamento for efetuado por uma autoridade ou um organismo público, excetuando os tribunais no exercício da sua função jurisdicional;
2. As atividades principais consistam em operações de tratamento que exijam um controlo regular e sistemático dos titulares dos dados em grande escala ou
3. As atividades principais consistam em operações de tratamento em grande escala de categorias especiais de dados nos termos do artigo 9.º e de dados pessoais relacionados com condenações penais e infrações a que se refere o artigo 10.º

FMV2025

12

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

POLITÉCNICO DO PORTO

EPD

## 3. Legitimidade

Os n.º 5 e 6 do artigo 37.º do RGPD determinam apenas que o Encarregado da Proteção de Dados:

- é designado com base nas suas qualidades profissionais e, em especial, nos seus conhecimentos especializados no domínio do direito e das práticas de proteção de dados, bem como na sua capacidade para desempenhar as funções referidas no artigo 39.º.

Ao que o artigo 9.º da LE, acrescenta que o EPD:

- não carece de certificação profissional para o efeito;

FMV2025

13

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

POLITÉCNICO DO PORTO

EPD

## 3. Legitimidade

Os n.º 5 e 6 do artigo 37.º do Regulamento (EU) determinam que o Encarregado da Proteção de Dados:

- pode ser um elemento do pessoal da entidade responsável pelo tratamento ou do subcontratante, ou exercer as suas funções com base num contrato de prestação de serviços.

Ao que o artigo 9.º da LE, acrescenta que o EPD:

- Independentemente da natureza da sua relação jurídica, o encarregado de proteção de dados exerce a sua função com autonomia técnica perante a entidade responsável pelo tratamento ou subcontratante.

FMV2025

14

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

POLITÉCNICO DO PORTO

EPD

## 4. Competências

O encarregado da proteção de dados tem, pelo menos, as seguintes funções: (art. 39.º RGPD)

- 1) Informa e aconselha o responsável pelo tratamento ou o subcontratante a respeito das suas obrigações nos termos da legislação de proteção de dados;
- 2) Controla a conformidade dos procedimentos internos com a legislação de proteção de dados;
- 3) Presta aconselhamento sobre proteção de dados;
- 4) Coopera com a autoridade de controlo;
- 5) Ponto de contacto para a autoridade de controlo sobre questões relacionadas com o tratamento, incluindo a consulta prévia a que se refere o artigo 36.º, e consulta, sendo caso disso, esta autoridade sobre qualquer outro assunto.

FMV2025

15

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

POLITÉCNICO DO PORTO

EPD

## 4. Competências

O artigo 11.º da LE acrescenta que, para além do disposto nos artigos 37.º a 39.º do RGPD, são funções do encarregado de proteção de dados:

- 1) Assegurar a realização de auditorias, quer periódicas, quer não programadas;
- 2) Sensibilizar os utilizadores para a importância da deteção atempada de incidentes de segurança e para a necessidade de informar imediatamente o responsável pela segurança;
- 3) Assegurar as relações com os titulares dos dados nas matérias abrangidas pelo RGPD e pela legislação nacional em matéria de proteção de dados.

FMV2025

16



ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

POLITÉCNICO DO PORTO

EPD

## 5. Dever de sigilo e confidencialidade

Nos termos dos artigos 38.º/5 do RGPD e artigo 10.º da LE, o EPD está obrigado a deveres profissionais de sigilo e confidencialidade

Praticando um crime de violação de sigilo agravado em caso de incumprimento, nos termos do artigo 51.º n.º 1 e 2 b) da LE

FMV2025

17

ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

POLITÉCNICO DO PORTO

Conjuação do Regulamento (UE) 2016/679

## DISPOSIÇÕES ESPECIAIS DA LEI 58/2019

FMV2025

18

## 1. Menores

- ❑ Os dados pessoais de crianças só podem ser objeto de tratamento com base no consentimento previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º do RGPD e relativo à oferta direta de serviços da sociedade de informação quando as mesmas já tenham completado 13 anos de idade.
- ❑ Caso a criança tenha idade inferior a 13 anos, o tratamento só é lícito se o consentimento for dado pelos representantes legais desta, de preferência com recurso a meios de autenticação segura.

FMV2025

19

## 2. Pessoas falecidas

- ❑ Ficam igualmente protegidos os *dados pessoais sensíveis* de pessoas falecidas, ou quando se reportem à intimidade da vida privada, à imagem ou aos dados relativos às comunicações, nos termos do RGPD.
- ❑ Os direitos dos titulares, relativamente a dados de pessoas falecidas, são exercidos por quem a pessoa falecida haja designado para o efeito ou, na sua falta, pelos respetivos herdeiros.
- ❑ Os titulares dos dados podem igualmente deixar determinada a impossibilidade de exercício dos direitos referidos no número anterior após a sua morte.

FMV2025

20

<p>ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO POLITÉCNICO DO PORTO</p>	<p>Art. 19.º LE</p>
<h3>3. Videovigilância</h3> <p>As câmaras de videovigilância não podem incidir sobre:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Vias públicas, propriedades limítrofes ou outros locais que não sejam do domínio exclusivo do responsável, exceto no que seja estritamente necessário para cobrir os acessos ao imóvel;</li> <li>2. A zona de digitação de códigos de caixas multibanco ou outros terminais de pagamento ATM;</li> </ol>	
<p>FMV2025</p>	

21

<p>ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO POLITÉCNICO DO PORTO</p>	<p>Art. 19.º LE</p>
<h3>3. Videovigilância</h3> <p>As câmaras de videovigilância não podem incidir sobre:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>3. O interior de áreas reservadas a clientes onde deva ser respeitada a privacidade, designadamente instalações sanitárias, zonas de espera e provadores de vestuário;</li> <li>4. O interior de áreas reservadas aos trabalhadores, designadamente zonas de refeição, vestiários, ginásios, instalações sanitárias e zonas exclusivamente afetas ao seu descanso.</li> <li>5. Nos estabelecimentos de ensino, as câmaras de videovigilância só podem incidir sobre os perímetros externos e locais de acesso, e ainda sobre espaços cujos bens e equipamentos requeiram especial proteção, como laboratórios ou salas de informática.</li> </ol>	
<p>FMV2025</p>	

22

### 3. Videovigilância

*Nos casos em que é admitida a videovigilância, é proibida a captação de som, exceto no período em que as instalações vigiadas estejam encerradas ou mediante autorização prévia da CNPD.*

FMV2025

23

### 4. Liberdade de expressão e informação

- ❑ A proteção de dados pessoais não prejudica o exercício da **liberdade de expressão, informação e imprensa**, incluindo o tratamento de dados para fins jornalísticos e para fins de expressão académica, artística ou literária.
- ❑ O exercício da liberdade de informação, especialmente quando revele dados pessoais previstos no n.º 1 do artigo 9.º do RGPD e no artigo 17.º da LE deve **respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana** previsto na Constituição da República Portuguesa, bem como os direitos de personalidade nela e na legislação nacional consagrados.
- ❑ O tratamento para fins jornalísticos deve respeitar a legislação nacional sobre acesso e exercício da profissão.
- ❑ O exercício da liberdade de expressão não legitima a divulgação de **dados pessoais** como moradas e contactos, à exceção daqueles que sejam de conhecimento generalizado.

FMV2025

24